

# “O ETA em marcha”: imperialismo estadunidense e educação rural no Brasil (1953-1964)

---

SONIA REGINA DE MENDONÇA<sup>1</sup>

---

## Resumo

O texto analisa as relações entre os Estados Unidos da América e o governo brasileiro, firmadas a partir de Acordos de Cooperação Técnica, especialmente no tocante à educação rural. Sob essa ótica mais ampla, enfatiza-se o estudo da mais duradoura instituição brasileiro-americana estabelecida no país: o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano, criado no Rio de Janeiro em 1953. Por meio da análise de documentos produzidos por ambos os governos, procura-se demonstrar as estratégias de penetração da influência estadunidense na educação rural, em particular seu processo de ressignificação, de uma dimensão escolar voltada a crianças e jovens para outra destinada a qualificar, pelo e para o trabalho, o adulto rural analfabeto.

Palavras-chave: Brasil-Estados Unidos. Educação rural. Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano.

## “ETA on the march”: US imperialism and rural education in Brazil (1953-1964)

## Abstract

The text analyzes the relations between the United States of America and the Brazilian government, signed on the basis of Technical Cooperation Agreements, especially in relation to Rural Education. In this broader perspective, we emphasize the study of the most enduring Brazilian-American institution established in Brazil: the Brazilian-American Technical Agriculture Office, created in Rio de Janeiro, in 1953. Through the analysis of documents produced by both governments, it is possible to demonstrate the strategies of penetration of the

American influence into Rural Education, in particular its process of re-signification, from a school dimension directed towards children and young people, to another destined to qualify, by and for work, the illiterate rural adult.

Keywords: Brazil-United States. Rural education. Brazilian-American Technical Agriculture Office.

## **“ETA en marcha”: el imperialismo estadounidense y la educación rural en Brasil 1953-1964)**

### **Resumen**

El texto analiza las relaciones entre los Estados Unidos de América y el gobierno brasileño, firmadas a partir de Acuerdos de Cooperación Técnica, especialmente en lo que se refiere a la Educación Rural. En esta óptica más amplia, se enfatiza el estudio de la más duradera institución brasileña-americana establecida en el país: la Oficina Técnica de Agricultura Brasileño-Americano, creada en Río de Janeiro en 1953. A través del análisis de documentos producidos por ambos gobiernos, se puede demostrar las estrategias de penetración de la influencia estadounidense en la Educación Rural, en particular su proceso de resignificación, de una dimensión escolar dirigida a niños y jóvenes, a otra destinada a calificar, por el trabajo y para el trabajo, el adulto rural analfabeto. Palabras clave: Brasil-Estados Unidos. Educación rural. Oficina Técnica de Agricultura Brasileño-Americano.

### **O tema**

O texto objetiva analisar as principais campanhas e ingerências, no âmbito da educação rural, perpetradas pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), órgão binacional criado em 1953, no Rio de Janeiro, onde manteve sua sede até 1964, diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura e ao Foreign Office American.

Fruto de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro, e munido de recursos oriundos do Programa Ponto IV (USA, 1951), os quadros do ETA definiam como seu objetivo “contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos”, mediante atuações específicas em áreas como extensão e crédito rural subsidiado. Nessa diretriz, desenvolveu e patrocinou inúmeros projetos, contratados por entidades públicas e privadas, passando a funcionar como seu assessor, e não mais como nos acordos até então firmados entre ambos os governos, por meio de

ações unificadas configuradoras de um plano geral de cooperação. Os projetos abrangiam iniciativas em todas as unidades da federação brasileira, incidindo sobre distintos âmbitos do universo agrário, desde o fomento à produção agropecuária e a conservação de recursos naturais até o auxílio “técnico-educativo” a comunidades rurais.

A fundação do ETA é paradigmática da reorientação imprimida à política de “cooperação” internacional estadunidense, calcada em ressignificar a própria noção de educação rural, alteração inaugurada na década de 1950, quando foi “descoberto” o conceito de “desenvolvimento”. Em função desse novo construto, a visão sobre as atividades até então definidas como de ensino agrícola passaria a priorizar não mais a perspectiva escolar *stricto sensu*, porém outra, eminentemente assistencial e de cunho produtivista, voltada tanto para a qualificação da mão de obra quanto para seu treinamento e organização em “comunidades rurais”, aptas a consumir tecnologia norte-americana. Tal redirecionamento incidiria na multiplicação dos tipos de agências e iniciativas conjuntas brasileiro-americanas, bem como na vitória da vertente que defendia a educação rural como aquela calcada na prática do extensionismo rural. O ETA, todavia, não deve ser encarado como uma inovação em si mesmo; ele consistiu muito mais no coroamento de uma modalidade de intervenção norte-americana em questões-chave latino-americanas e brasileiras, mormente aquelas relativas à pobreza e sua superação, mediante intervenções tidas como “educativas” e “pedagógicas”.

Desde o início dos anos 1940, observa-se a intensificação do interesse de entidades governamentais e privadas estadunidenses – como a Inter-American Affairs Association, de Nelson Rockefeller (DALRYMPLE, 1968) – pelos “problemas” do recém-construído “Terceiro Mundo”. Vale lembrar que, em 1945, uma fundação privada norte-americana e o Ministério da Agricultura já haviam assinado o primeiro acordo de cooperação internacional no âmbito da educação rural, do qual resultou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), cujas atribuições consistiam em implantar, por todo o país, centros de treinamento dos chamados “operários rurais” adultos e Clubes Agrícolas para a infância e juventude, além de intervir diretamente na formação de técnicos especializados e lideranças rurais, via programas educativos que incutissem nos trabalhadores e jovens o “amor à terra e ao trabalho”, fixando-os a seu “próprio meio” (LIMA; BUHR; LAVOR, 1949). Para além dessas

características gerais, que sentido teórico mais amplo é possível atribuir à fundação do E.T.A? Para responder a tal indagação, é necessário contextualizar a discussão sobre a origem e a consolidação de um conceito que se tornou axial a toda e qualquer iniciativa desse calibre: o desenvolvimento.

## O problema

Em seu discurso inaugural como presidente dos Estados Unidos, pronunciado em 20 de janeiro de 1949, Harry Truman anunciou seu conceito de um *fair deal* universal, conclamando seu país e o mundo a solucionar problemas das “regiões subdesenvolvidas” do globo.

There is a sense in which rapid economic progress is impossible without institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrates. Very few communities are willing to pay the full price of economics progress (USA, 1951, p. 2)<sup>2</sup>.

A doutrina Truman daria início a uma nova era no entendimento e gerenciamento dos assuntos mundiais, mormente àqueles ligados a países menos contemplados economicamente. Seu ambicioso objetivo era propiciar as condições necessárias para reproduzir no mundo as características das sociedades “avançadas” da época: altos níveis de industrialização e urbanização; tecnicização da agricultura; elevação material da produção e dos padrões de vida e adoção de uma educação e valores culturais ditos modernos. Na visão dos setores representados por Truman, capital, ciência e tecnologia eram os principais ingredientes que tornariam possível tal transformação, uma vez que, somente por seu intermédio, o sonho americano de paz e abundância poderia ser estendido a todos os povos do planeta. Obviamente tal sonho não foi criação exclusiva de dirigentes norte-americanos, tendo frutificado em uma conjuntura histórica específica, inaugurada em fins da Segunda Guerra Mundial, e que, em poucos anos, seria universalmente abraçado por todos os que estavam no poder, apropriado como uma missão.

Um dos mais influentes documentos do período, elaborado por um grupo de especialistas convocado pelas Nações Unidas para desenhar

políticas concretas para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, pregaria que esse rápido progresso seria impossível sem ajustes dolorosos. O relatório sugeria uma total reestruturação das então chamadas “sociedades subdesenvolvidas”. Tal compromisso evidenciava o desejo de transformar drasticamente dois terços do mundo, tentando atingir a meta da prosperidade material e do progresso econômico. No início dos anos 1950, esse projeto tornou-se hegemônico nos círculos de poder dos mais diversos países.

É óbvio que esse “sonho” se transformaria no “pesadelo” latino-americano, como o quer Escobar (1995, p. 4), uma vez que, no lugar do “reino da abundância” prometido pelos teóricos dos anos 1950, o discurso e as estratégias do desenvolvimento produziram seu oposto: o subdesenvolvimento, o empobrecimento, a exploração incalculável e a opressão. A despeito disso, gestou-se, em conjunto com o conceito de desenvolvimento, a noção de terceiro mundo, derivada de discursos e práticas imbricados ao próprio desenvolvimento, desde sua emergência. Das teorias de desenvolvimento econômico dos anos 1950 à abordagem das “necessidades básicas humanas” dos anos 1970 – enfatizando não só o crescimento econômico, mas também a distribuição dos benefícios por ele gerados –, a principal preocupação de seus elaboradores referia-se aos tipos de desenvolvimento que deveriam ser seguidos para resolver os problemas socioeconômicos dos países periféricos.

Em verdade, à época, parecia impossível conceituar a realidade social em outros termos. Para onde quer que se olhasse, encontrava-se a realidade onipresente do desenvolvimento: governos implementando ambiciosos planos desenvolvimentistas; instituições aplicando programas desenvolvimentistas nas cidades e no campo; especialistas de toda espécie estudando o subdesenvolvimento e produzindo teorias a seu respeito. Não seria demais afirmar que, a partir de fins da Segunda Guerra Mundial, a realidade histórica foi “colonizada” pelo discurso do desenvolvimento, e todos os que se encontravam insatisfeitos com tal estado de coisas lutariam por pedaços de liberdade, na esperança de alcançar uma nova realidade.

Pensar no desenvolvimento como produto de uma formação discursiva permite não apenas manter o foco da análise sobre a dominação, mas também explorar, de maneira mais frutífera, as possibilidades e os efeitos mais penetrantes do desenvolvimento. Entretanto, para entender o desenvolvimento como um discurso historicamente produzido, é necessário con-

siderar o motivo pelo qual tantos países começaram a perceber-se como subdesenvolvidos, justamente no imediato pós-guerra; como desenvolver-se passou a ser um problema vital para eles; e, finalmente, como abraçaram a tarefa de não se subdesenvolverem, sujeitando-se a intervenções externas crescentes e sistemáticas. A rigor, nascia todo um novo domínio de experiências, resultante de novas estratégias elaboradas para lidar com novos problemas. Partindo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, essas estratégias tornaram-se, em poucos anos, uma poderosa força no Terceiro Mundo, decorrendo de um conjunto de afirmações sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento que não só autorizavam visões distintas a seu respeito, mas também o descreviam e o prescreviam (BOURDIEU, 1996). Assim como Edward Said (1990) afirma com relação ao orientalismo, também é possível dizer que o desenvolvimento se tornou um estilo de dominação, reestruturação e apropriação da própria autoridade sobre o Terceiro Mundo.

Apesar de alguns termos dessa definição serem mais aplicáveis ao contexto colonial propriamente dito – como nos casos da Ásia e África –, o discurso do desenvolvimento conteria princípios similares, gerando um aparato institucional extremamente eficiente para produzir conhecimento e exercer o poder sobre o Terceiro Mundo, integrado por um conjunto de agências e agentes surgidos entre 1945 e 1955 e que, desde então, não cessou de gerar novos arranjos de conhecimento/poder. O desenvolvimento, em síntese, disponibilizou, com sucesso, uma forma de gerir o Terceiro Mundo, espaço entendido como o de povos submetidos e, simultaneamente, assegurar o controle sobre ele. Segundo alguns, o discurso do desenvolvimento continha uma imaginação geopolítica que moldaria seu próprio sentido por mais de quatro décadas (ESCOBAR, 1995). Logo, falar do desenvolvimento como experiência histórica singular remete à criação de um domínio de pensamento e ação, passível de ser analisado a partir dos três eixos que o definiam: a) as formas de conhecimento a ele referidas e pelas quais ele adquiriria concretude na forma de projetos, conceitos e teorias – como os campos de conhecimento sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável etc.; b) o sistema de poder que regularia suas práticas; c) as formas de subjetividade forjadas por tal discurso, pelo qual as pessoas passariam a reconhecer-se como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Todo o conjunto fundado nesse tripé instituiu o desenvolvimento não só como formação discursiva, mas também como aparato que retrata formas de conhecimento e técnicas de poder.

## “Descobrimo” a pobreza, “inventando” o desenvolvimento

Partindo dessa reflexão inicial, vale apontar que uma das muitas mudanças ocorridas no imediato pós-guerra foi a “descoberta” da pobreza em massa na Ásia, África e América Latina, que daria suporte à reestruturação da economia e cultura mundiais. O discurso da guerra contra o fascismo seria deslocado para um novo domínio socioespacial, o Terceiro Mundo, e, rapidamente, a hegemonia estadunidense elevaria a guerra contra a pobreza a um lugar proeminente. A nova ênfase foi incentivada pelo reconhecimento das condições crônicas de pobreza e miserabilidade em países pobres e pelo papel por elas imposto aos países desenvolvidos, forçando-os a considerar que algo deveria ser feito, sob pena de os níveis de instabilidade mundiais se tornarem intoleráveis.

Se a pobreza em escala mundial foi uma “descoberta” do pós-guerra, isso significa afirmar que as concepções e formas de tratá-la foram muito diversas antes de 1940. A pobreza massiva, em seu sentido contemporâneo, apareceu apenas quando a expansão da economia de mercado quebrou os laços de comunidade, privando milhões de pessoas do acesso à terra, água e demais fontes de recursos naturais. Assim, com a consolidação do capitalismo, a pobreza sistêmica tornou-se inevitável. Para tratar da pobreza, as sociedades desenvolvidas conquistaram novos domínios. Mais do que a pujança industrial e tecnológica, a reordenação do capitalismo fundamentou-se em uma política de combate à pobreza cujo objetivo não era somente criar consumidores, mas também transformar sociedades, para que os pobres fossem objeto de conhecimento e gerenciamento. O pauperismo seria associado a atributos como mobilidade, ociosidade, independência, frugalidade, promiscuidade e ignorância, além de atitudes como a recusa em aceitar a existência de deveres sociais ou de ter que trabalhar e submeter-se à lógica da expansão das necessidades.

Logo, o gerenciamento da pobreza originou intervenções em áreas como educação, saúde, higiene, moralidade e emprego, resultando em um pan-ótico de interferências, responsável pela criação de um domínio que os pesquisadores denominaram “O Social”. Como um domínio de conhecimento e intervenção, “O Social” tornou-se proeminente no século XIX culminando, no século XX, com a consolidação do Welfare State. Se, nas sociedades de mercado, o pobre era definido como carente daquilo que o rico possuía em termos monetários e de bens materiais, os países pobres

foram similarmente definidos em relação aos padrões de riqueza das nações economicamente mais potentes. Assim, a pobreza tornou-se um conceito, objeto de nova problematização, gerando novos discursos e práticas que acabaram por moldar a própria realidade a que se referiam. Em suma, afirmar-se-ia como verdade universal que o traço essencial do Terceiro Mundo era sua pobreza, cuja solução residia no desenvolvimento econômico.

Com esse pano de fundo, observa-se que, em 1949, uma missão econômica organizada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) visitaria a Colômbia, visando formular um programa geral de desenvolvimento para o país, que se tornou a primeira missão desse tipo enviada pelo BIRD a um país subdesenvolvido. Seu programa clamava por “reformas múltiplas de melhoramento”, cobrindo importantes áreas da economia. O sentimento messiânico e o fervor quase religioso expressos na noção de salvação resumiam a convicção de que existia somente uma forma correta de resolver os problemas colombianos: o desenvolvimento. O discurso do desenvolvimento tipificado nessa missão emergiu em meio a uma complexa conjuntura histórica. Sua intervenção assinalou significativas mudanças nas relações entre os países da Europa e os Estados Unidos, de um lado, e os países da Ásia, África e América Latina, de outro. Ela também deu origem a um novo regime de representações sobre essas partes do mundo, introduzido na cultura euro-americana.

A lenta preparação para o deslançar do desenvolvimento talvez tenha sido mais óbvia no caso da África, onde grande número de estudos recentes sugere que havia uma importante conexão entre o declínio da ordem colonial e a ascensão do desenvolvimento. A América Latina, mesmo distinta dos países africanos, abrigou muitos precursores do desenvolvimento, e, em inícios do século XX, a ascendência dos Estados Unidos foi sentida em toda a região, tomando-se as relações com a América Latina uma via de mão dupla. Se, por um lado, os agentes no poder perceberam as oportunidades existentes para efetivar essa grande troca, por outro os Estados Unidos sentiram-se justificados a intervir nos assuntos latino-americanos. Todavia, à medida que o nacionalismo latino crescia após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos relativizaram seu intervencionismo aberto, proclamando, em seu lugar, os princípios da boa vizinhança. Nesse período, a Fundação Rockefeller tornou-se ativa na região. Em seu conjunto, todavia, o período compreendido entre 1912-1932 foi regido pelo projeto norte-americano de atingir “a hegemonia ideológica – e tam-

bém militar – sem ter que pagar o preço da conquista” (DRAKE, 1991, p. 34). A realização de três Conferências Interamericanas, uma no México (1945), outra no Rio de Janeiro (1947) e a terceira em Bogotá (1948), seria crucial para rearticular as novas regras do jogo (CAMPOS, 2006). Contudo, como o terreno da Guerra Fria havia sido fertilizado, os encontros evidenciaram divergências de interesses entre a América Latina e os Estados Unidos, marcando o fim da política da boa vizinhança. Enquanto os Estados Unidos insistiam em seus objetivos militares e de segurança, os países latinos enfatizavam objetivos econômico-sociais.

Se, durante a Segunda Guerra Mundial, a imagem dominante sobre o que se tornaria o Terceiro Mundo foi moldada por considerações estratégicas e pela necessidade de acesso a matérias-primas, a integração dessas partes do mundo à estrutura econômica e social que emergiu após a guerra se tornou mais delicada. Da conferência de fundação das Nações Unidas até fins da década de 1940, o mundo não industrializado foi objeto de intensas negociações. Ademais, as noções de desenvolvimento e terceiro mundo inexistiam antes de 1945, e ambas emergiram como princípios operantes dentro do processo pelo qual o capitalismo ocidental redefiniu a si e ao resto do mundo. Logo, somente no início dos anos 1950, a ideia da existência dos “três mundos” – nações livres industrializadas, nações comunistas industrializadas e nações pobres não industrializadas – consolidar-se-ia (ESCOBAR, 1995). O ano de 1945 marcaria uma profunda transformação nas relações mundiais, assegurando aos Estados Unidos uma posição tão inquestionável, econômica e militarmente, que colocaria sob sua tutela o conjunto do sistema ocidental.

No período 1945-1955, consolidou-se a hegemonia estadunidense com o capitalismo mundial e a necessidade de expandir e aprofundar mercados para seus produtos, além de encontrar novas áreas para o investimento de seus capitais excedentes. Afinal, o crescimento da economia norte-americana ainda dependia de matérias-primas baratas para a crescente capacidade de suas indústrias, mormente as nascentes corporações multinacionais. Enquanto a Europa se beneficiava com a reconstrução propiciada pelo Plano Marshall, o Terceiro Mundo não mereceu igual tratamento. Comparando os US\$ 19 bilhões recebidos pela Europa, menos de 2% desse total da ajuda americana seria dirigido à América Latina. Como se percebe, as raízes históricas do desenvolvimento repousaram em um único e mesmo processo: os rearranjos políticos verificados após

a Segunda Guerra Mundial, responsáveis pelo deslocamento da luta entre o Leste e o Oeste para o Terceiro Mundo, transformando o desenvolvimento na grande estratégia para minar tais rivalidades e redesenhar a civilização industrial.

Em 1949, enquanto o Plano Marshall mostrava sucesso na restauração europeia, tornou-se famoso o Ponto IV do presidente Truman, envolvendo a aplicação, em áreas pobres do mundo, das assim chamadas “forças vitais da civilização ocidental”: tecnologia e capital, embora seu programa viesse a repousar muito mais em assistência técnica do que em capitais (LATA, 1951, p. 280). Para tanto, foi criada, em 1945, a Technical Cooperation Administration (TCA), dentro do Departamento de Estado, com a tarefa precípua de implementar as novas políticas. Em 1952, a agência já conduziria operações em quase todos os países da América Latina, traduzindo-se na busca de conhecimentos detalhados sobre sua economia, sociedade, geografia e política, integrados a um sistema transnacional de pesquisa. O afã pelo crescimento econômico parecia ligar-se à fé na ciência e tecnologia como redentoras da pobreza. Por trás do viés humanitário dessa nova estratégia, novas formas de poder e controle, sutis e refinadas, seriam perpetradas, tendo como contrapartida a erosão da habilidade dos povos pobres em definir suas próprias vidas e a desqualificação de seus saberes próprios, já que o pobre se tornava alvo de uma variedade de programas sofisticados. Novas instituições nos Estados Unidos e na Europa, o BIRD e a ONU, as fundações e os escritórios ligados ao grande capital, esse era o tipo de desenvolvimento a ser promovido.

## Estratégias do desenvolvimento

Os objetos com que o desenvolvimento começou a lidar após 1945 eram numerosos e variados. Alguns estavam claramente postos – a pobreza, a insuficiência de tecnologia e capital, o crescimento populacional, as práticas agrícolas arcaicas etc. –, enquanto outros foram introduzidos de forma sub-reptícia, tais como atitudes culturais, valores e fatores raciais, religiosos, geográficos e étnicos associados ao atraso. Tudo era submetido aos olhos dos novos estudiosos: as pobres habitações das massas rurais, os vastos campos, as cidades, as fábricas, os hospitais, as escolas, as agências públicas, entre outros (ESPINOSA, 1976, p. 198). Alguns argumen-

tos das autoridade foram operados, mormente aqueles relativos ao papel dos especialistas. Economistas, demógrafos, educadores, especialistas em agricultura, saúde pública e nutrição elaboravam teorias, identificavam problemas e produziam novas categorias de clientes. O desenvolvimento, em paralelo, ocorria via criação de anormalidades – o analfabeto, o subdesenvolvido, o pequeno lavrador – asseguradoras da permanente necessidade de intervenções. Outra estratégia do desenvolvimento foi vulgarizar a representação do Terceiro Mundo como uma criança a ser guiada, tornando-se a infantilização da América Latina peça fundamental para a elaboração de teorias da salvação.

Obviamente outros discursos históricos influenciaram a configuração das representações do desenvolvimento, como o do comunismo. Em sentido similar, o etnocentrismo também influenciou a forma assumida pelo desenvolvimento: populações indígenas deveriam ser modernizadas, e formas de poder relativas à classe, ao gênero, à raça e à nacionalidade encontraram lugar na teoria e nas práticas desenvolvimentistas. A mais importante exclusão, entretanto, foi – e continua a ser – a do povo, ao qual, teoricamente, o desenvolvimento deveria atender diretamente por meio de intervenções técnicas.

Isso posto, resta ratificar o quanto o desenvolvimento, como uma construção histórica, implica analisar os mecanismos pelos quais se tornou ativo, quase sempre estruturados a partir de formas de conhecimento/poder concebidas como processos de institucionalização e de profissionalização. Esta última efetivou-se por meio da proliferação das “ciências do desenvolvimento” e suas subdisciplinas, que, supostamente, removeriam problemas de cunho político e cultural, recolocando-os nos termos neutros da ciência. Daí resultaram programas de estudos na maior parte das universidades do mundo desenvolvido e naquelas criadas no Terceiro Mundo. Outra importante consequência da profissionalização do desenvolvimento foi a metamorfose do povo em dados de pesquisa, segundo paradigmas ocidentais capitalistas. A invenção do desenvolvimento incidiu igualmente na criação de um campo institucional do qual emergiam discursos que eram repetidos, estabilizados, modificados e postos em circulação. Juntos, constituíram o aparato que organizaria as formas de conhecimento/poder. A institucionalização do desenvolvimento aconteceu em todos os níveis, desde a multiplicação de organizações internacionais e agências nacionais de planejamento terceiro-mundistas até agências de

âmbito local como comitês comunitários e órgãos de voluntários privados. Esse processo não cessaria de expandir-se, resultando na consolidação de uma rede de poder baseada em uma miríade de centros locais de poder.

O conhecimento produzido sobre o Terceiro Mundo circulava por todas essas instituições por meio de programas aplicados, conferências, serviços de consultoria etc., resultando em um verdadeiro negócio do desenvolvimento. Pobreza, analfabetismo e fome lastrearam uma lucrativa indústria de planejadores, especialistas e funcionários civis que nada tinha de esforço inocente em prol dos pobres. Ela foi um sucesso, integrando e controlando países e populações. O desenvolvimento forneceu um caminho para conceber a vida social como problema técnico, matéria de decisão racional e de gerenciamento, a ser executado pelos “profissionais do desenvolvimento”, especializados em conhecimentos supostamente qualificados para o exercício de sua missão. Em suma, os especialistas em desenvolvimento concebiam-no como algo a ser atingido mediante a aplicação correta de saberes, investimentos e aumento de produtividade. Sua visão dos problemas não era estrutural ou dialética, porém mecanicista e fragmentária. A criação/funcionamento do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano será tomado como emblemático das considerações até aqui tecidas.

## **ETA: “educação”, saber e poder no Brasil**

Por volta de 1953, várias agências públicas e grupos privados norte-americanos dividiam seus conhecimentos e suas habilidades com governos de outros países. Muitas delas, contudo, trabalhavam de forma independente, o que fazia parecer que os programas de cooperação técnica poderiam tornar-se elemento construtivo na cooperação internacional. Nenhum efetivo esforço organizado havia sido feito, até então, para determinar até que ponto tal divisão de conhecimentos ajudava, de fato, os países subdesenvolvidos a ajudarem-se.

A decisão da Associação de Planejamento Nacional (National Planning Association - NPA) de chamar a si um estudo de amplo alcance sobre programas de cooperação técnica, para avaliar suas potencialidades e limitações na América Latina, nasceu nesse contexto. O estudo propositalmente concentrou-se nas atividades realizadas na América Latina, justamente porque fora ali que programas de cooperação haviam ocorrido

por mais tempo do que em qualquer outra parte do mundo. Grande diversidade de iniciativas já havia se desenvolvido na América Latina, sob as mais distintas modalidades de auspícios e condições – patrocinadas por fundações privadas, pelo governo dos Estados Unidos, por organizações internacionais, grupos religiosos, universidades e empresas –, cada uma delas com objetivos próprios. Esperava-se que o estudo intensivo da experiência acumulada pelas agências públicas e privadas que patrocinaram tais programas pudesse fornecer guias práticos e padronizados das atividades de cooperação técnica.

No início de 1953, a Ford Foundation forneceu subsídio de U\$ 440 mil para financiar o projeto de cooperação técnica do NPA na América Latina, e, segundo os procedimentos por ela estabelecidos, um Comitê Político Especial foi criado para planejar a futura intervenção com base nos resultados apresentados pela equipe de pesquisa. O comitê era composto de líderes da agricultura, comércio, trabalho, educação, saúde e outros campos estadunidenses e latino-americanos, de modo a assegurar que as recomendações levassem em conta a experiência e os pontos de vista dos distintos representantes (MOSHER, 1955). Theodore Schultz, da Universidade de Chicago e diretor da NPA, organizou um plano de estudos selecionando pessoalmente a equipe de pesquisadores e consultores do projeto, que realizariam trabalho de campo nas 20 repúblicas da América Latina, produzindo surveys e examinando os mais variados tipos de registro (MOSHER, 1955), consultando empresas, grupos religiosos, fundações, universidades e demais organizações privadas, agências governamentais de países latinos e dos Estados Unidos, além de representantes da ONU, da OEA e suas instituições especializadas. Um conjunto de relatórios de equipe, incorporando os resultados dessas pesquisas, foi publicado, a intervalos regulares, pela Chicago University Press (MOSHER, 1955).

A tarefa do comitê era articular os resultados da equipe de pesquisa e preparar um relatório conjunto sobre a questão da cooperação técnica embora, simultaneamente, ele também estabelecesse compromissos políticos sobre matérias tidas como dignas de atenção especial. Cabia ao comitê, igualmente, realizar um ou mais estudos de caso sobre programas específicos, à guisa de ilustração dos problemas comuns verificados nas pesquisas encetadas pelo NPA. Ao agregar a esse movimento do governo estadunidense a conjuntura específica vinculada à educação rural no Brasil, sobredeterminada pela então recente aprovação da Lei Orgânica do

Ensino Agrícola (BRASIL, 1946), tem-se um quadro bastante aproximado do contexto no qual se verificou a fundação, no país, da principal e mais duradoura agência brasileiro-americana de cooperação agrícola: o ETA.

O ano de 1946 foi decisivo para a consagração da educação rural como ramo especial de ensino, direcionado à preparação para o trabalho e marcado pela subalternidade daqueles que formaria. Com a aprovação da LOEA, de iniciativa do Ministério da Educação e Saúde (MES), o ensino agrícola foi definitivamente alijado da rede primária regular, conquanto tenha sido mantido sob a alçada do Ministério da Agricultura, que sempre o gerira e fiscalizara, ainda que coubesse ao MES a prerrogativa de estabelecer suas diretrizes nacionais. Em certa medida, a lei de 1946 consistiu em instrumento apaziguador dos conflitos vigentes entre ambas as pastas pelo controle da educação rural – o que já foi analisado em textos anteriores (MENDONÇA, 2007, 2010). A partir de então, abriu-se a possibilidade de inflexão nas orientações e práticas referentes à educação rural, paulatinamente redefinida mediante a proliferação de várias instituições e campanhas como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1953 e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – ambas originadas de acordos bilaterais Brasil/Estados Unidos –, destinadas a alfabetizar a população rural com as mesmas cartilhas utilizadas em escolas da área urbana. Sua tarefa consistia em “difundir o princípio de desenvolvimento comunitário” com motivações políticas evidentes: “combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo, para que o país possa ser mais coeso e solidário” (BRASIL, 1956, p. 2). A partir de 1948, acelerou-se a implementação do extensionismo rural voltado para a vulgarização, em larga escala, de conhecimentos sobre técnicas de cultivo, tipos específicos de sementes etc., no lugar da ênfase em escolas técnicas agrícolas. Entre as instituições a ele vinculadas destacaram-se as Semanas Ruralistas, com forte apoio da Igreja (BRASIL, 1958); as Missões Rurais, que percorriam o interior dos estados, sobretudo no eixo Rio, São Paulo e Minas Gerais; e os Cursos Avulsos. Todas essas experiências foram apoiadas pelo Estado na figura do Ministério da Agricultura, conjuntamente com agências norte-americanas, dotadas de igual expectativa: esclarecer e instruir a população rural, de modo a obter produção agrícola eficiente.

Assim, no decorrer dos anos 1950, o ensino agrícola seria, pouco a pouco, ressignificado, conotando não mais práticas escolares destinadas a crianças e adolescentes – como ocorrera nas décadas de 1930 e 1940 –,

mas sim aquelas centradas na assistência técnica (extensionismo) e financeira (crédito rural supervisionado - CRS) a trabalhadores rurais adultos, fruto da influência do epicentro do capitalismo mundial e presididas por uma nova categoria, a de “comunidades”, organizadas pelo movimento associativista<sup>3</sup>. A literatura especializada no estudo do extensionismo rural e do crédito supervisionado no Brasil é unânime em alocar suas origens históricas na “filantropia” norte-americana destinada a promover o bem-estar social no campo dentro de suas próprias fronteiras. Assim, a aprovação do Restlement Administration Act, de 1935, daria origem à agência governamental Farm Security Administration (FSA), que sistematizou o crédito rural supervisionado naquele país, daí derivando, em 1946, a Farmers Home Administration (FHA) (BRASIL, 1960b). Desde seu início, extensionismo e crédito rural supervisionado tornaram-se as duas faces da mesma moeda: aquela da “ajuda às famílias rurais para aplicar a Ciência em sua rotina diária de cultivar, serviços domésticos e outros aspectos da vida rural”, sendo a extensão definida como “uma modalidade de Educação totalmente distante da educação em sala de aula” (BRUNNER; SANDERS; ENSMINGER, 1961, p. IX). Na visão proselitista de autores norte-americanos, o extensionismo seria mais que um quadro organizacional e um pessoal pago: “ele consiste nas relações vivas entre o povo que se desenvolve e os indivíduos que serão beneficiados pela participação direta ou indireta” (BRUNNER; SANDERS; ENSMINGER, 1961, p. 2).

Lembrando que, na atividade de extensão, seus técnicos são, a rigor, apenas elos de uma cadeia que conecta instituições de pesquisa e laboratórios à “população rural-alvo” (COLBY; DENNET, 1998, p. 249), então não é difícil perceber seu *modus operandi*: por meio dos extensionistas, o CRS chegaria aos pequenos produtores e estes, em contrapartida, seriam apresentados às modernas técnicas agrícolas que, na medida do possível, deveriam adquirir. Em 1950, por exemplo, foi criada nos Estados Unidos uma agência de pesquisa agrícola, a IBEC Research Inc (IRI), responsável pela promoção de pesquisas com pesticidas químicos, fungicidas e desfolhantes no Brasil. Se a AIA pregasse o evangelho de pesticidas e herbicidas, a IBEC montava uma empresa de fumigação (COLBY; DENNET, 1998).

Para consolidar o extensionismo rural no país, foi preponderante a montagem de uma vasta rede de agências de divulgação e propaganda, mediante convênios firmados entre distintos órgãos do Ministério da Agricultura como o SIA (Serviço de Informação Agrícola) e o Serviço Social Rural

(SSR), criado dois anos após o ETA e igualmente inspirado nas experiências vigentes nos Estados Unidos. Todas essas considerações ganham relevo ao constatar que o boletim publicado pelo SIA – Informação Agrícola – dedicava 60% de suas páginas à seção intitulada “ETA em Marcha”, incumbida de divulgar as realizações do Escritório, destacando a concessão de bolsas de estudo nos Estados Unidos para técnicos brasileiros aptos a especializarem-se em extensionismo, qualificando-os como assessores para Clubes Agrícolas, Centros de Treinamento e, sobretudo, para estabelecer parcerias de assistência técnico-financeira com órgãos públicos e privados de crédito rural. O aparato do desenvolvimento hipertrofiava-se, multiplicando seu corpo de especialistas produtores de novos conhecimentos.

Entre 1957 e 1958, na gestão do então ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, foi publicada uma síntese das atividades do ETA, cujo eixo residia no que passou a chamar-se “outro tipo de ação educativa”, mais ampla que a educação escolar e menos dispendiosa para o Ministério: a extensão rural. Na oportunidade, o ministro enalteceu a participação da Pasta na implantação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), encarregada de fornecer crédito agrícola supervisionado a pequenos produtores – uma das deficiências do subdesenvolvimento, conforme já visto – por meio da intermediação de seus técnicos em parceria com o ETA. Semelhante inovação, segundo o discurso oficial, distinguia-se do crédito bancário comercial por sua “extrema preocupação com a integração dos agricultores à economia moderna” (BRASIL, 1959b, p. 123), daí seu caráter educativo, posto que o crédito agrícola convencional não havia sido capaz de dotar seus usuários do conhecimento das novas técnicas de plantio nem dar-lhes acesso às novas tecnologias, mantendo-os atrelados a uma agricultura atrasada e um modo de vida arcaico. Em poucos anos de existência no país, a extensão rural – imbricada à parceria ABCAR/ETA – contaria com razoável equipe de técnicos atuando em 212 municípios. Foram localizados, também nesse período, vários escritórios do ETA dirigidos tanto ao Ministério da Agricultura quanto ao MES, solicitando apoio para a valorização do extensionismo rural, visando enfatizar as vantagens da assistência técnica e social aos trabalhadores do campo.

Para legitimar a redefinição do conceito de educação rural, a correlação de forças no poder vigente ao longo dos anos 1950 centrou esforços no sentido de preservar a subalternidade do trabalhador rural, defendendo uma política educativa destinada à qualificação da mão de

obra adulta, desvinculada da instituição escolar. Impossível não relacionar intervenções desse tipo ao contexto específico do campo brasileiro, à época marcado pela eclosão de inúmeros movimentos sociais rurais autonomamente organizados, como as Ligas Camponesas (MEDEIROS, 1989). Com esse pano de fundo, a extensão rural se destinaria ao disciplinamento coletivo, sob a égide de códigos e visões de mundo transmitidas pelos técnicos e agências norte-americanas, visando minimizar conflitos sociais.

As atividades do ETA em 1958 consolidariam seu programa de trabalho, passando a colaborar com 11 órgãos do Ministério da Agricultura, com metade das Secretarias de Agricultura estaduais e com todas as universidades rurais do país, influenciando diretamente as atividades ligadas ao bem-estar das populações do campo em mais de 220 municípios (BRASIL, 1959a, p. 1). Por meio de sua divisão de economia doméstica, o ETA prestou serviços ao extensionismo agrícola, como o financiamento para multiplicar o número de escritórios das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) em vários estados, que, segundo a publicação oficial, “hoje são considerados indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural” (BRASIL, 1955, p. 15). O papel desempenhado pelo ETA na promoção do desenvolvimento no campo brasileiro deve também ser balizado por sua forte imbricação a agências estatais, sobretudo o Ministério da Agricultura. Na seção “ETA em Marcha” de Informação Agrícola de julho de 1958, matéria encomiástica abria a coluna intitulada “ETA - Três Letras que Estão Mudando o Panorama Agrícola do Brasil”:

Completo 5 anos de eficiente atividade em prol do desenvolvimento da agricultura de nosso país o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA.

Órgão executor do acordo firmado entre os governos do Brasil e dos EUA para um programa de desenvolvimento e agricultura e recursos naturais, sua história se resume numa palavra: **cooperação, cooperação, cooperação** [...]. Cooperação entre governos de dois países, cooperação entre o homem do campo e as autoridades, tudo colimado um único fim: **melhorar a produção agrícola e elevar os padrões de vida do homem rural, sua família e a comunidade** (BRASIL, 1958, p. 1, grifos do original).

Enaltecendo a atuação do Escritório, a matéria ponderava que

Através da assistência técnica e financeira a trabalhos em benefício da agricultura e do agricultor, realizados pelos órgãos do governo e outras entidades públicas ou privadas, nos setores de treinamento e de extensão rural, mediante convênios que recebem o nome do projeto, seguido por seu número de ordem. Até fins de 1957 o ETA assinara, com 70 órgãos diferentes, 46 projetos relativos a trabalhos em educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, solo e água. Esses trabalhos são orientados por técnicos brasileiros e americanos sob a supervisão de 3 codiretores nomeados pelos governos de cada país (BRASIL, 1958, p. 1).

Vale esclarecer que os recursos do ETA provinham de verbas mistas, oriundas do governo americano e do Ministério da Agricultura, contando seus projetos com um fundo conjunto “engordado” pelos pagamentos realizados pelas instituições que contratavam serviços do Escritório. Para que se possa aquilatar o raio da cooperação estipulada, basta mencionar que, enquanto as verbas brasileiras, em 1958, montavam à proporção de CR\$ 15,00 por dólar americano investido, as dotações americanas correspondiam a CR\$ 11,00 por dólar. Além dessa flagrante desproporção entre as contribuições de ambos os governos – que futuramente seria questionada –, ressalva-se que

os dólares se destinam a pagar os técnicos americanos e à importação de veículos e equipamentos para uso nos projetos. Já a contribuição brasileira cresce de ano para ano, passando de 14 milhões de cruzeiros em 1952, para 60 milhões em 1958 (BRASIL, 1958, p. 3).

O ETA mantinha sob seu controle, em fins da década de 1950, 45 projetos especificamente contratados, destacando-se, entre eles, o de manutenção de um Centro de Ensaio e Treinamento na fazenda Ipanema, em São Paulo, destinado a

Dar a moças e rapazes uma visão nova dos problemas da agricultura, com uma área de mais de 16 mil hectares em Sorocaba [...] onde são ministrados cursos de Engenharia rural, de aradores-tratoristas, de extensão rural, além de seminários, conferências e reuniões de que tem saído resoluções da mais alta relevância para nossa agricultura (projeto nº 6) (BRASIL, 1958, p. 5).

Quanto aos demais projetos, pode-se citar a Fazenda-Escola Prática de Presidente Prudente, São Paulo, na qual os alunos praticavam todos os trabalhos no campo, participando dos lucros da fazenda e recebendo, ao fim de cada curso, glebas para que pudessem administrar e que acabariam por passar à sua total propriedade (projeto nº 45), e o Cetreino – Centro Regional de Treinamento do Nordeste –, instalado em Pernambuco, para formar pessoal habilitado a trabalhar com as populações rurais, fosse em associações de crédito e assistência, fosse em órgãos governamentais ou particulares empenhados na recuperação socioeconômica da região. Como se percebe, a variedade de projetos geridos pelo ETA era enorme, mas um aspecto se destaca se os examinar em conjunto: o privilegiamento e a concentração da maior parte deles na região Nordeste, de todo coerente, não tanto com as representações construídas acerca de sua população e geografia, mas, principalmente, com o fato de terem ali surgido as Ligas Camponesas. Mesmo no início da década de 1960, as páginas de Informação Agrícola continuariam prestigiando a agência por meio de matérias como a que se segue, intitulada “A Cooperação do Ponto IV com o Ministério da Agricultura”:

O ETA é um órgão intergovernamental com um programa de melhoria agrícola que há perto de seis anos vem operando, proveitosamente, como instrumento do Ministério da Agricultura. Canalizando a ajuda técnica e financeira, prestada pelo Ponto IV, seu objetivo é colaborar com o Ministério, assim como outros órgãos da administração pública, no sentido de assistir programas de educação das massas rurais e sua orientação no sentido de uma agricultura racional e produtiva. Desde 1954 o ETA assinou 58 convênios com 80 entidades [...]. Somente para os projetos em que participam órgãos do Ministério já estão incorporados ao patrimônio dessa Secretaria de Estado – as importações somaram 877 mil dólares – viaturas, material agrícola, equipamento áudio-visual, material de escritório sementes e artigos diversos (BRASIL, 1960a, p. 8).

Tal como visto na seção anterior, é patente a preocupação com a formação de especialistas destinados a gerir o desenvolvimento e a educação rural, além da elaboração de saberes especializados que desqualificavam os conhecimentos detidos pelos produtores – alvo dos projetos.

Mesmo em se tratando de iniciativas claramente voltadas para maximizar a produtividade do trabalho agrícola e a produção de matérias-primas para o consumo norte-americano, todos os projetos eram definidos como educacionais, ratificando a inflexão nas modalidades de ensino agrícola até então vigentes no país. Segundo o diretor do SAI:

O que há de fundamental neste **esforço de renovação dos métodos educacionais é a compreensão de que a reforma agrária no Brasil** não se pode limitar à simples distribuição da terra. Para mudar o panorama agrário, é indispensável, por igual, alcançar um elevado grau de dinamização dos métodos de ensino rural, para preparar **técnicos qualificados**, e, sobretudo, capazes de influir decisivamente para a racionalização dos nossos métodos. (BRASIL, 1960a, p. 6, grifos nossos).

A multiplicidade de agências e de agentes ligados às práticas do desenvolvimento no âmbito da agricultura também envolveu iniciativas particulares, da esfera do voluntariado. Nesse sentido, o periódico do SIA acusaria a constituição de novo grupo de treinamento de líderes voluntários, destinados a difundir o Programa de Extensão e Crédito Rural Supervisionado, dessa feita em Divinópolis, Minas Gerais.

Ministrado para moças e senhoras da comunidade rural, foi exclusivamente destinado à confecção de vestuário. Às mulheres são transmitidos conhecimentos sobre trabalhos domésticos e tais **líderes**, de **posse dos conhecimentos e da prática dos novos processos de trabalho se incumbem** de retransmiti-los nos círculos em que vivem **vencendo-se a natural reação existente nos meios rurais contra tudo que venha violentar a rotina** [...]. A condição principal exigida para aproveitamento desses **líderes** é a de que eles **trabalhem sem visar remuneração** (BRASIL, 1954, p. 4, grifos nossos).

O conceito de “liderança” veiculado pelas agências de desenvolvimento passaria a conotar, no decorrer dos anos 1950, todos aqueles produtores rurais dotados de alguma qualificação para o trabalho, nos moldes pregados pelas instituições norte-americanas envolvidas em sua dinamização. Não apenas o trabalho do homem adulto e analfabeto, mas também o das mulheres – daí a emergência de uma nova disciplina do desenvolvimento, a economia doméstica – e o das crianças atendidas pelo ETA por

meio da implantação de Clubes Agrícolas. Entretanto, cabe esclarecer que não se tratava do trabalho como princípio educativo integral – como o defendera Antonio Gramsci (2001) –, mas sim da educação como instrumento maximizador da produtividade do trabalho. Sob essa concepção instrumental de educação, submetia-se a população dos campos a uma infinidade de intervenções distantes das práticas efetivamente educativas, haja vista o próprio processo, então em curso, de substituir a escola por práticas extensionistas dirigidas à assistência técnica e financeira. Nesse sentido, um dos mais duradouros desdobramentos da ação do ETA no Brasil foi a indissolúvel parceria com a ABCAR, tida pela fala oficial como “imprescindível” para superar o “atraso” no campo:

o desenvolvimento da Divulgação Agrícola depende, em boa parte, da cobertura de um sistema extensionista [...]. No Brasil a extensão está sendo feita pelas associações de crédito rural supervisionado, hoje filiadas a uma entidade nacional, a ABCAR, fortemente estimulada pelo ETA (BRASIL, 1959, p. 5).

Na montagem dessa rede de agências de desenvolvimento voltadas para o campo, novas instituições se multiplicariam, como a parceria entre a ABCAR e o SSR, firmada em junho de 1958, visando aproveitar os 200 escritórios regionais e os mais de 500 técnicos daquela associação. Na visão dos “gestores do desenvolvimento”, a redefinição da educação rural resultaria em

[...] ajudar mais àqueles que já estão ajudando as populações rurais a se erguerem, pelos métodos mais indicados. **Não se deve pensar em fazer caridade, em dar esmola.** Os métodos modernos visam à **organização comunitária**, através da assistência técnica, econômica e social. Eles **ensinam aos rurícolas a ajudarem a si mesmos para resolver seus próprios problemas.** Para isso, o homem do campo necessita existir em comunidades organizadas e unidas onde predominem as associações rurais e educativas. O SSR visa ativar a organização de comunidades de nossos ruralistas e **desenvolver um sistema educativo chamado Extensão Agrícola**, que tão extraordinários resultados alcançou nos EUA. Essa **nova Educação** se fará através da extensão agrícola conjugada ao crédito rural (BRASIL, 1958, p. 9, grifos nossos).

Outra atividade prevista nos projetos perpetrados pelo ETA e pelo Ministério da Agricultura consistiu em multiplicar as Missões Rurais Ambulantes, incumbidas de ministrar Cursos de Treinamento para líderes rurais, e organizar cooperativas de consumo. Para tanto, as agências contariam com novo parceiro, a Igreja. No início de 1959, Informação Agrícola noticiou que:

O arcebispo de Natal – D. Eugenio Salles – resumiu em onze itens os resultados obtidos com as Semanas Ruralistas realizadas pelo Serviço de Assistência Rural mantido por aquela diocese, começando pela instalação de uma Missão Rural Ambulante, Cursos de Treinamento de líderes rurais e organização de uma Cooperativa de consumo (BRASIL, 1959, p. 10).

Na avaliação dos técnicos do Ministério, o mérito das Semanas consistia em aproximar técnicos e produtores, além de líderes comunitários, estabelecendo a camaradagem necessária aos trabalhos de cooperação. Em suma, elas “criam o clima favorável ao entendimento e à melhoria das atividades no campo” (BRASIL, 1960, p. 6). Uma nova noção emerge do discurso relativo às Semanas e às organizações coletivas de trabalhadores rurais: a de Comunidade, outro importante elemento no processo de inflexão da educação rural dos anos 1950, qual seja, a substituição da noção de indivíduos pela de grupos, como objeto da ação extensionista

Os homens do campo precisam unir-se, fortalecer as associações rurais e cooperativas, educar-se para melhor solucionar seus problemas. Ao próprio governo é muito mais fácil e viável **atender às comunidades do que aos indivíduos isoladamente**. As comunidades precisam organizar-se e reunir o máximo de pessoas sob a orientação esclarecida de autênticos líderes (BRASIL, 1960, p. 8, grifos no original).

Tentando demonstrar a suposta eficácia das Semanas, alguns dados foram publicados dando conta de que, enquanto entre 1946 e 1954 houve 56 desses encontros, entre 1955-1959 o número ascenderia a 100, graças a convênio firmado, em 1955, entre o Ministério da Agricultura e o Episcopado. Isso corresponderia a 2.812 aulas, frequentadas por 54 mil lavradores e criadores, além de 2.033 demonstrações para 29.400 donas de casa e professoras rurais, mobilizando cerca de 1.500 profissionais como agrô-

nomos, veterinários, especialistas em economia doméstica, jornalistas, médicos, advogados e sacerdotes (BRASIL, 1960). Por meio da parceria com o ETA, o Ministério julgava realizar trabalhos de grande significado para o desenvolvimento do campo. Também mediante o ETA foram concedidas bolsas de estudo individuais nos Estados Unidos, com duração de oito meses, destinadas a 67 fazendeiros, técnicos, dirigentes e extensionistas.

As verbas administradas pelo ETA dirigiram-se a outra modalidade de ação “educativa” que, apesar de inaugurada pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais de 1946, ganharia novo fôlego com o suporte do Escritório: os Clubes Agrícolas Escolares, contemplados pelo Projeto nº 17. Com eles visava-se atingir os filhos dos trabalhadores rurais, ensinando-lhes rudimentos das práticas agrícolas, além de símbolos ligados à valorização da terra e à própria nacionalidade. Por intermédio dos 426 Clubes Agrícolas registrados no Ministério da Agricultura em 1958, professoras e crianças realizavam a chamada “formação rúricola do homem do campo” (CRUZ, 1936, p. 42), tendo o movimento atingido tamanha amplitude que foram criadas algumas Federações Estaduais de Clubes. Nas palavras da diretora da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares de Pernambuco,

Os Clubes Agrícolas ajudam a modificar a mentalidade rural. Foi para combatermos essa mentalidade que **extinguimos as chamadas escolas rurais**, passando o caráter do ruralismo a ser dado pela posição da escola nomeio em que vai servir. Os clubes funcionam **dentro das escolas** e sua finalidade é modificar a mentalidade de pais que consideram o trabalho no campo servil, não o querendo para seus filhos. **Cada clube é um elo entre a escola e a comunidade rural**. Promove a aquisição de bons hábitos sociais e sanitários (BRASIL, 1959, p. 12, grifos nossos).

O papel do ETA na promoção do desenvolvimento rural no âmbito educacional foi essencial para difundir os princípios inspirados no paradigma norte-americano. Todavia, no início dos anos 1960, sua atuação seria questionada pelo governo brasileiro, no tocante ao flagrante desequilíbrio existente entre as verbas fornecidas pelos Estados Unidos e pelo Brasil. O novo ministro da Agricultura, Barros de Carvalho, convocou uma reunião com o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, o embaixador brasileiro Barbosa Lima, além do chanceler Horácio Lafer, para pleitear o reajuste

da participação financeira do ETA nos programas de cooperação encetados por ambos os governos por meio do Ponto IV. Segundo o ministro, se a dotação americana de 300 mil dólares, fora razoável no primeiro ano da atividade (1954), “hoje não se ajusta às mais necessidades da cooperação” (BRASIL, 1960, p. 2). Ademais, também foi questionada a rigidez na aplicação das normas dos programas técnicos, sendo cobrada do Escritório a necessidade de dar-lhes mais plasticidade, de modo a responder às peculiaridades regionais da agricultura brasileira (BRASIL, 1960). A demanda seria atendida, como ilustra a prorrogação do acordo que instituía o ETA como parceiro do Ministério da Agricultura até 31 de dezembro de 1961, por meio da troca de notas entre o Ministério das Relações Exteriores brasileiro e a Embaixada dos Estados Unidos (BRASIL, 1960, p. 13).

Os desdobramentos do binômio extensionismo-crédito rural supervisionado não se limitaram apenas aos efeitos até aqui abordados. Ainda à guisa de “intervenção educativa”, os supervisores locais da ABCAR encarregavam-se de verificar se o crédito concedido havia se traduzido, de fato, em benefícios relativos à higiene, alimentação, saúde e conforto das chamadas “famílias assistidas”. Sob o significativo título “O dia a dia na família mutuária”, capítulo de uma publicação do Ministério da Agricultura sobre o CRS, explicita os “benefícios” por ele proporcionados, destacando a noção do planejamento de atividades, a aquisição de avançados conhecimentos técnicos, o aprendizado de hábitos adequados de trabalho, a adoção de hábitos de higiene/alimentação que potencializariam o aproveitamento do trabalho, entre outros. Nesse sentido, saber e poder caminham *pari passu*, já que até o lazer dos mutuários era definido como “as horas sadiamente aproveitadas nas comemorações domésticas que reforçam os laços familiares e nas datas cívicas” (BRASIL, 1961, p. 66).

## Concluindo

O discurso do desenvolvimento instituiu-se no operador central das políticas de representação e identidade na maior parte do Terceiro Mundo no período pós-Segunda Guerra Mundial. A América Latina e o Brasil não escaparam ilesos desse processo de dimensões mundiais, testemunhando uma sucessão de regimes de representação, acompanhados de boa dose de violência simbólica. Enquanto efeito das práticas discursivas do desenvolvimento, o Terceiro Mundo é, de fato, uma realidade altamente con-

testável. Entretanto, ele não deve ser percebido como um depositório de tradições, posto que muitas delas foram recentemente inventadas.

O breve estudo das práticas perpetradas pelo ETA no decorrer dos anos 1950 apenas visou desvelar a necessária operação de desnaturalização. Por seu intermédio, foi possível perceber o quanto noções como “desenvolvimento”, “cooperação técnica” e “elevação do nível de vida das massas” tornaram-se instrumentais não apenas para construir “alteridades” inferiores e “carentes”, mas também para inflacionar as importações brasileiras de máquinas e insumos agrícolas produzidos no novo centro hegemônico do capitalismo no pós-guerra. Por meio do fornecimento de um conhecimento “especializado”, reproduziram-se no país paradigmas importados que, além de expropriarem os trabalhadores rurais de seus saberes próprios, tornaram-nos alvos fáceis da disciplinarização pelo capital, resultando no fortalecimento tanto de agências produtoras de especialistas quanto de novos mecanismos econômicos, a eles impostos, sob a pecha da modernidade. Por certo, as práticas associadas às chamadas “novas modalidades educativas”, disseminadas pelo ETA, encarregar-se-iam de difundir um certo modelo de desenvolvimento que, mediante Missões Rurais, Clubes Agrícolas Escolares e extensionismo, assim como de instituições como a ABCAR, em muito se adequou aos interesses dos grupos dominantes agrários brasileiros, copartícipes do deslocamento dos conflitos de classe da cena real, para o âmbito da reeditada dicotomia entre “arcaicos” *versus* “modernos”. Nesse sentido, a educação não escolar, destinada, sobretudo, ao trabalhador adulto do campo, implicou não apenas na ressignificação da própria noção de educação, mas também no adestramento desses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade.

Recebido em: 17/04/2019

Revisado em: 12/05/2019

Aprovado em: 10/06/2019

## Notas

1 Doutora em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador 1 do CNPq. E-mail: srmendonca@uol.com.br.

2 Tradução livre: existe uma visão de que o rápido progresso econômico é impossível sem que as instituições tenham que se desintegrar; que os laços de casta, credo e raça têm que explodir; e um grande número de pessoas que não conseguem acompanhar o progresso precisa ter suas expectativas de uma vida confortável frustradas. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço total do progresso econômico.

3 O Serviço de Extensão Rural do Ministério da Agricultura registrou, em 1960, 1.823 novas associações rurais, congregando cerca de 218.400 sócios. Já o movimento associativista, dirigido à juventude rural, contava com 1.500 Clubes Agrícolas, com cerca de 60 mil jovens.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996. 183 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1946.

BRASIL. **Informação Agrícola - IA**. Rio de Janeiro: SIA, 1954.

BRASIL. **Informação Agrícola - IA**. Rio de Janeiro: SIA, 1955.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Relatório da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1956.

BRASIL. **Informação Agrícola - IA**. Rio de Janeiro: SIA, 1958.

BRASIL. **Informação Agrícola - IA**. Rio de Janeiro: SIA, 1959a.

BRASIL. **O Ministério da Agricultura a serviço do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: SIA, 1959b.

BRASIL. **Informação Agrícola - IA**. Rio de Janeiro: SIA, 1960a.

BRASIL. **Crédito rural supervisionado no Brasil (reunião de trabalho de técnicos da ABCAR e filiadas)**. Rio de Janeiro: SIA, 1960b. (Série Estudos Brasileiros).

BRASIL. Ministério da Agricultura. **As atividades do Ministério da Agricultura em 1960**. Rio de Janeiro: SIA, 1961.

BRUNNER, Edmund; SANDERS, Irwin; ENSMINGER, Douglas. **Farmers of the world: the development of agricultural extension.** New York: Columbia University Press, 1961. 208 p.

CAMPOS, André Luiz. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Sesp, 1942-1960.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. 230 p.

COLBY, Gerad; DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade – a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo.** Rio de Janeiro: Record, 1998. 1.060 p.

CRUZ, Noêmia. **Educação Rural.** Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936. 97 p.

DALRYMPLE, Martha. **The AIA story: two decades of international cooperation.** New York: AIA, 1968. 278 p.

DRAKE, Paul. From good men to good neighbors (1912-1932). *In*: LOWENTHAL, Abraham. **Exporting democracy: The United States and Latin America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991. 312 p.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World.** New Jersey: Princeton University Press, 1995. 344 p.

ESPINOSA, J. Manuel. **Inter-American beginnings of U.S. cultural diplomacy.** Whashington: Bureau of Educacional and Cultural Affairs, 1976. 260 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2. 334 p.

LATTA, Maurice. **Point Four: a Modest Program.** Education, Gilman, v. 71, p. 276-281, 1951.

LIMA, Jorge; BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci. **Clubes agrícolas.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1949.

MEDEIROS, Leonilde. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989. 215 p.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos.** Niterói: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007. 116 p.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010. 186 p.

MOSHER, Arthur. **Technical cooperation in Latin America: case study of the Agricultural Program of ACAR in Brazil**. Washington: National Planning Association, 1955. 63 p.

SAID, Edward. **Orientalismo** – o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 185 p.

USA – United States of America. Department of Social and Economics Affairs. **Point IV**. Washington, 1951.